

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E/OU SUBSEQUENTE VOLTADA PARA O CAMPO: UM ESTUDO DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

Neusa da Silva Duarte¹;
Judson Gonçalves de Lima².

RESUMO

Esta pesquisa trata da Educação Profissional técnica de nível médio e/ou subsequente enfatizando a educação voltada para o campo. Contempla a investigação da realidade destes cursos nas instituições de ensino estaduais de Curitiba por meio de entrevistas com a coordenadora do Núcleo de Educação do campo de Curitiba e a partir da qual se tornou possível a análise do tema em questão percebendo-se a sua valorização ou não pelas políticas públicas e se existe sua disponibilidade como prevê a lei.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação Profissional Técnica, Educação profissional Técnica voltada para o Campo.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Paranaguá 2, e-mail: ndnegraafrica13@gmail.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

A Educação Profissional Técnica de nível médio integrado e/ou subsequente, voltado para os jovens do campo, é uma realidade que precisa ser analisada, uma vez que se entende que esta temática é de suma importância, pois sua falta leva a um conseqüente movimento migratório do campo para a cidade. Nota-se que esse movimento não é apenas dos jovens, muitas pessoas, desanimadas com o baixo pagamento que recebem pelos produtos produzidos e sonhando com melhor qualidade de vida migram para as cidades, achando que tudo será mais fácil e recompensador. Mas não é isso que normalmente acontece. Depois que saem do campo e deixam para trás uma vida e toda sua cultura e seu conhecimento encontram-se nas cidades em busca de emprego, mas sem experiência alguma acabam ficando com os piores cargos, isso quando não ficam sem emprego. Além disso, a ausência de políticas fortes voltadas para os reais problemas do campo; a ineficiência de uma reforma agrária condizente com a necessidade da realidade de cada local ou mesmo as dificuldades regionais advindas de aspectos geográficos como a seca, expulsam as pessoas do campo.

Se até as pessoas com mais idade saem do campo em busca de melhores condições de vida, os jovens, por sua vez, migram para a cidade, dentre outros motivos, pela falta de cursos que os qualificam para o campo, e muitos buscam na cidade uma qualificação que é “estritamente” urbanizada. Sobre processos migratórios, diz Portela:

(...) o avanço do capitalismo normalmente produz a mecanização do campo, o que acarreta desemprego para os trabalhadores em excesso (pois as máquinas fazem o trabalho dos homens) e levam o camponês ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não podem dispor de tratores, colhedeiças, empréstimos bancários em boas condições, etc. Tudo isso leva as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades. Essa é a razão básica, ou estrutural das migrações rural-urbanas (2000, p.10).

São muitos os problemas que levam as pessoas a saírem do campo, e por isso se faz necessária uma política pública que defenda o campo como um lugar de vida, cultura, moradia, produção e educação. Políticas que defendam um tratamento específico para a educação do campo, com enfoque na Educação Técnica Profissional, a qual vá além dos conteúdos trabalhados no ensino médio integrado e/ou subsequente, que contextualize conteúdos das áreas, enfocando o campo com: cursos técnicos em Agronomia, Agropecuária, Meio Ambiente, entre outros, que trazem o cuidado e o preparo da terra. Cursos que busquem compreender o campo, para que esse sujeito tenha uma agricultura que vá além de uma cultura familiar, produzindo com qualidade e competitividade, agregando valores a sua renda e para sua permanência no campo. Assim o campo deixa de ser trabalhado só como um “cantinho para se plantar”, mas como um mercado de trabalho promissor, produtivo e competitivo. Ampliando as possibilidades de quem mora lá.

O objetivo geral deste trabalho é investigar se existe essa realidade de ensino técnico profissionalizante ofertado pelas instituições públicas de ensino de Curitiba e/ou região metropolitana. Para isso, pretende-se compreender historicamente a trajetória do ensino profissional no Brasil e sua relação com os processos de produção e desenvolvimento no contexto brasileiro; as características da sociedade neoliberal e sua relação com as políticas educacionais para o ensino profissional; e identificar as características do ensino profissionalizante a partir da LDB/96.

Desenvolver pesquisa através de questionários junto ao NRE de Curitiba, Núcleo de Educação Área Metropolitana Sul que cuida da educação do Campo junto à equipe de educação básica, órgão descentralizado da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para conhecer se existe essa realidade de cursos técnico profissional, voltados para as atividades do campo. Quais os obstáculos que podem ser destacados pela ação e/ou não-ação na implementação dos cursos técnicos.

1.1 Breve histórico da educação técnica profissional no Brasil

O processo de industrialização do espaço mundial iniciou-se na Inglaterra no século XVIII. Somente a partir do século XX é que os países chamados de terceiro mundo aderiram ao processo de industrialização, tal como o Brasil, que no início, era um país essencialmente agrícola e era esse o investimento que movia a economia do país - destacando os grandes produtores de café.

Por volta de 1880, chegaram ao Brasil imigrantes europeus em massa para trabalhar nas lavouras. Nesse período não existia preocupação com a educação dos trabalhadores, não havia ações por parte dos governantes que viabilizassem a qualificação dos mesmos. A classe trabalhadora não tinha direito ao descanso semanal remunerado, às férias ou a licença remunerada para o tratamento de saúde nem aposentadoria. Em 1929 com a crise de Nova York nos EUA, isso afetou o Brasil, foi a partir desse momento que no Brasil se fortalece a nova burguesia industrial em substituição às oligarquias cafeeira.

Em 1930, o governo Getúlio de Vargas incentiva a industrialização. Com o avanço da industrialização ocorre a passagem de um Brasil essencialmente agrícola para o Brasil urbano, industrial e de serviço, tornando-se um país semi-industrializado.

Nessa época, houve grande interesse dos vários setores da sociedade para se estabelecer no Brasil. Essa nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada. Para tal era preciso investir na educação como forma de desenvolvimento econômico.

Neste período foram promulgados diversos decretos de leis para normalizar a educação nacional, e ficou conhecida como as Leis Orgânicas da Educação Nacional, a Reforma Capanema, em função do nome do então ministro da educação Gustavo Capanema, pois foram definidas leis específicas para a formação profissional.

O ensino ainda era reproduzido pelo dualismo entre as elites e as classes populares. Segundo Fonseca (1961, p.65), a Lei 4.024/61 foi a primeira lei da educação em nível nacional e manteve a dualidade estrutural da educação, com uma vertente voltada para formação do trabalhador e outra para a formação da classe dirigente.

Em 1971, com a LDB 5.692 no governo militar, torna-se obrigatório o ensino médio integrado ao técnico.

Segundo Machado (1989, p. 68) “dentre os objetivos apregoados como sendo argumentos básicos para a implantação da lei 5692/71, estava o de criar uma única rede de ensino, eliminando o caráter dualista e elitista de estrutura anterior e a preparação de mão-de-obra que atendesse ao desenvolvimento que o país vinha sofrendo”.

O modelo tecnicista da ditadura tinha como proposta conter a demanda de estudantes que pressionavam por ofertas de curso superior. Os cursos eram especializados para atender as demandas específicas do processo produtivo.

Segundo Marrach (2000, p.53), “O discurso neoliberal insiste no papel estratégico da educação para preparação da mão-de-obra para o mercado. Mas não se pode esquecer que o neoliberalismo torna-se hegemônico num momento em que a revolução tecnológica impõe o desemprego estrutural”. A modernização neoliberal no Brasil fez com que ocorresse um aumento do número de desemprego, pelo fato que o centro é a qualificação baseado no conhecimento e na técnica e quem não domina fica a margem da sociedade.

Com a falta de recursos financeiros tanto para o espaço físico quanto para formação de docentes para o ensino técnico de nível médio, esse ensino não atendeu, satisfatoriamente, a profissionalização esperada.

A nova LDB 9.394/96 promoveu mudanças dentro de uma linha neoliberal: extinguiu-se o ensino profissionalizante em nível médio. Pretendia-se uma preparação do aluno para o ensino tecnológico. Com a promulgação desta nova lei todos teriam o mesmo tipo de formação com igualdade de oportunidades. Desta forma a função

da escola é promover para os alunos o desenvolvimento de uma educação geral e flexível, visando à adaptação à instabilidade da vida.

Segundo Libâneo (2003, p.36), o governo concede autonomia pedagógica e administrativa às escolas, mas não investe o suficiente na educação de modo a propiciar a sociedade uma educação de qualidade para todos.

A Lei 9.394 promulgada em 1996, como fruto do processo de redemocratização do país define:

Art.28 – Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O decreto 2.208/97 promoveu a reforma da Educação Profissional e determinou a extinção da integração entre educação geral e profissional.

Atualmente, com o decreto 5.154/2004, reabriu-se espaço para o ensino médio integrado ao técnico, de forma que o ensino permita a formação profissional em nível médio garantindo uma formação integral.

Para Portela (2000, p. 10), a trajetória do ensino profissionalizante no Brasil, foi marcada por fatores de ordem econômica e política que refletiram de forma decisiva na elaboração de políticas públicas para a educação profissional. O ensino profissional de nível técnico é voltado para o mercado de trabalho, sendo uma saída para a qualificação da classe trabalhadora.

Em 2003, o Estado viabilizou programas como “O Brasil alfabetizado” por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos, além de terceira idade, trabalhadores do campo, dentre outros), para contrapor o insucesso dos jovens (principalmente homens do campo) em concluir os estudos, ou seja, o ensino fundamental “regular” na idade ideal devido os obstáculos da vida, sendo uma oportunidade para concluir os estudos e ter um curso. Embora se apregoe o acesso à educação para todos,

ainda não se conseguiu viabilizar esse direito, como descreve o parecer CNE/CEB nº 11/2000.

Os Estados – Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; (...); dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária. (art.13, 1, d do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembléia Geral da ONU de 16.12.66, aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 226, de 12.12.95, e promulgado pelo Decreto no 591, de 7.7.92).

Em 2006 um novo decreto foi aprovado de nº 5,840 de 13 de julho de 2006, estabeleceu cursos técnicos na modalidade do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). O interessante dessa modalidade é que este não está restrito somente aos jovens, mas aberto para todo indivíduo a partir dos 18 anos que poderá se formar e se qualificar para o mercado de trabalho fazendo um curso técnico profissionalizante.

Assim compreendemos a importância do EJA, mas destacamos a necessidade do PROEJA com cursos técnicos voltado para o homem do campo, afastados da educação por diversos fatores enfrentados sociais, econômicos e educacionais.

2- DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foi realizada no dia 09 de Março de 2011, uma entrevista com a profª Sandra Petermann e a profª Léia Molon no Núcleo Regional de Educação Área Metropolitana Sul de Curitiba, situado na Avenida Iguaçu, nº 420, Rebouças, Fone:

(41) 3901-2800 cep: 80.230-902, para um estudo da situação do ensino técnico profissional voltado para o campo nas instituições públicas estaduais do município.

A cidade de Curitiba é totalmente urbanizada, mas não se pode esquecer a realidade das regiões metropolitanas, muitas com áreas rurais.

O primeiro momento da pesquisa no NRE Área Metropolitana Sul serviu para situar a real situação da educação técnica voltada para o campo em Curitiba e região do Paraná. Sendo Curitiba a capital do Paraná o seu "inchamento", assim como das regiões metropolitanas, se deu devido ao êxodo rural, vindo das áreas metropolitanas e do norte do Paraná.

Segundo as coordenadoras que trabalham com a Educação do Campo, Quilombolas e com os Faxinais, a educação do campo caminha muito lentamente, pois não existe este tipo de educação profissional no município e nem no Paraná. As escolas que fazem parte do programa "Escolas do Campo" são assim chamadas por pertencer às áreas rurais, com o mesmo currículo, mas com metodologias diferenciadas enfocando a identidade camponesa, mais de 50% dos alunos dessas escolas moram em área rural e tem uma cultura de subsistência.

Na área metropolitana sul há apenas duas escolas, segundo o conhecimento das coordenadoras com curso técnico voltado para o campo com Agropecuária e Meio Ambiente, na cidade da Lapa no Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola da Lapa, situado na Rodovia do Xisto, km 194, BR 476, CEP: 83.750-000 fone: (41) 3622-5914 / 9109-3941, e-mail: colegioagricolalapa@ibest.com.br e no colégio Agrícola Lysímaco Ferreira da Costa, situado na Rodovia BR 166, km 202, Bairro Tijuco Preto, CEP: 83.880-000 fone: (47) 3645-2144 / 3645-0614, e-mail: agricolarn@yahoo.com.br em Rio Negro, mas os cursos são voltados para o agronegócio, longe da visão do sujeito do campo, "puro capitalismo".

Segundos elas, trabalhar a educação do campo é grande desafio a ser vencido pelo poder público, bem como atenderem à demanda de cursos profissionalizantes para os jovens que migram para a cidade "grande", ou seja, para Curitiba. Os cursos técnicos profissionalizantes atualmente estão longe de assegurar

uma educação de qualidade para o jovem do campo, diminuindo assim o êxodo rural.

Ao serem questionadas sobre as demais escolas que aparecem no site do NRE da educação do campo, mas que não são reconhecidos como escolas do campo a resposta foi que há certo preconceito das escolas (diretores, pedagogos) que não aceitam que a escola seja rural, porque já estão em área urbana (mesmo muito de seus alunos sendo de áreas rurais).

Sobre os cursos técnicos profissionais voltados para o campo, segundo as coordenadoras, não se acredita que isso ocorra tão breve nas escolas públicas do Paraná. Para que isso ocorra é preciso mudar a mentalidade dos órgãos competentes, se no município do educando não tem esse tipo de formação que o estado ofereça nas capitais propiciando cursos para qualificar os jovens camponeses que vem em busca dessa qualificação para que após concluírem seus estudos voltem para a sua cidade de origem, mais capacitados para ajudar suas famílias a transformar o seu meio, e seu subsídio transformando uma cultura de subsistência para uma cultura de valorização, competitividade agregando valores a sua renda.

Os professores e funcionários das escolas que participam do projeto recebem a visita do NRE com cursos de aperfeiçoamento para formação continuada, visto que a escola é distante do centro urbano, sendo assim, o núcleo se dispõe a ir até a escola para oferecer os cursos, “mas ainda é muito pouco”, desabafaram as coordenadoras. O papel da CEC (Coordenação da Educação do Campo) é acompanhar a construção das PPC dos 38 Estabelecimentos de Ensino que atendem alunos do campo com intuito de orientar o trabalho pedagógico com base nas Diretrizes Estaduais da Educação do Campo, Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e Diretrizes Complementares; Divulgar os materiais disponíveis no portal da educação que podem auxiliar no trabalho pedagógico destas escolas; Orientar as escolas na elaboração e efetivação da proposta pedagógica, fato que ocorre de forma muito relutante.

Quanto a realidade das duas instituições citadas; O Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola da Lapa está localizada em uma área de 16 alqueires e 285,08 metros quadrados, situada na localidade rural denominada “Colônia Virmond”; O Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa, também se localiza em área rural e desenvolvem ações educativas de integração com práticas agropecuárias, com vistas a subsidiar a comunidade local na produção e comercialização de produtos agropecuários. Sendo o município essencialmente agrícola.

A maioria dos alunos é oriunda da zona rural do próprio município e de outras localidades vizinhas, os quais frequentam aulas em período integral, em regime de internato e semi-internato. Os alunos são filhos de pequenos produtores rurais que residem em propriedades próprias. A maioria das famílias possui renda entre um e três salários mínimos, ou quando comercializam seus produtos, não possuindo uma renda fixa.

Os professores destas escolas moram muito distantes do trabalho e poucos professores se dispõem em lecionar nessas áreas. Os que se dispõem chegam até às escolas com visão urbanizada, discriminatória e relutam com a mudança. Para as coordenadoras do NRE a grande dificuldade é buscar nos alunos essa identidade camponesa, pois muitos têm deixado sua cultura de lado agregando valores urbanos, o NRE busca uma qualificação de acordo com a necessidade do campo para os profissionais que atuam nessas áreas através de cursos de capacitação, palestras e formação continuada.

Para que esse nível de ensino técnico seja implantado é preciso, segundo as coordenadoras, de uma liderança da comunidade que mobilize a população da região e faça o levantamento do número de alunos, bem como, de profissionais habilitados e busque ajuda de liderança política as quais, por sua vez, possam ajudar no encaminhamento do projeto até o NRE, o qual fará a devida análise de verificação das possibilidades em abrir cursos técnicos na região ou bairro. O constrangedor dessa constatação é que não existe essa organização do grupo, por

falta de conhecimento e esclarecimento da população destas regiões, que tem cultura de plantio familiar para a subsistência e que em vez de lutar para trazer os cursos para as áreas rurais, acaba indo a procura dos cursos na cidade, que por sua vez, ofertam cursos que são estritamente urbanizados.

3 CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa teve-se a intenção de investigar a situação dos cursos técnicos profissionais de nível médio e ou subsequente voltado para o campo com identidade camponesa, ofertado pela rede pública estadual do município de Curitiba e região metropolitana sul.

O reflexo de uma sociedade capitalista onde o foco é o lucro ainda está presente nos nossos dias sem se preocupar com o sujeito. O estado oferta o mínimo à população e à classe pobre e a que mais sofre geralmente é o homem do campo, que mesmo com a ajuda (insuficiente) que o governo oferta para o pequeno agricultor, como empréstimos (com juro alto) para que ele continue nas lavouras e quando o camponês não está no campo se encontra nas periferias e/ou metropolitana das cidades continua sem ter subsídio para que tenham uma educação de qualidade, ou seja, “elitizada”.

A educação voltada para o campo deve ter como um dos objetivos conscientizar e preparar o homem do campo para o uso consciente do meio ambiente em que vive. Pois o mau uso desse solo vem trazendo muita devastação que tem como resultado os deslizamentos em áreas rurais habitadas, por exemplo.

O uso incontrolado e até mesmo irresponsável dos agrotóxicos e do acúmulo do lixo da natureza é apenas alguns uns dos causadores de tanta destruição dessa natureza, que podemos ver através das demonstrações de desequilíbrio como erosão e outros fenômenos ocasionados pela ocupação irregular. Tudo isso precisa

ser estudado e repensado pelas gerações futuras e mesmo a atual para que não sofra mais com as consequências.

A nova legislação ambiental (não aprovada até a data de escrita deste artigo) apresenta em seu texto itens como: reduzir as áreas de reservas legal em propriedades rurais e esse homem do campo precisa aprender a usar essa natureza corretamente enquanto ela ainda tem condições de recuperação, caso contrário o “inchamento” das grandes cidades e região metropolitana continuara acontecendo e o aumento do preço dos produtos, cuja matéria prima vem do campo e são muitos. Este novo projeto de lei está provocando muitas controversa, segundo alguns defensores a lei privilegia os latifundiários indo a defesa do agronegócio e o fim da reserva ambiental ajuda o pequeno agricultor a melhorar a sua cultura familiar.

Espero que este estudo possa contribuir com outros trabalhos na medida em que possibilite o surgimento de novas indagações a respeito do tema. Assim, sugiro que numa próxima pesquisa sejam esclarecidas questões que, nesta oportunidade, não foi possível contemplar como, por exemplo, ouvir a opinião dos professores, pedagogos e da direção a respeito da implantação, organização e funcionamento do curso profissionalizante técnico em nível médio voltado para o campo e a identidade camponesa ofertado pelo poder público, bem como esclarecer a população da necessidade de um olhar voltado para as questões educacionais, sociais e psicológicas do sujeito do campo, para que busquem seus direitos construindo sua cidadania para que ela seja efetiva e igualitária.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996.

CASTRO. Cláudio de M. **Ensino Técnico Desempenho e Custo**, Rio de Janeiro, IPEA, 1972.

FONSECA. Celso. S. **Historia do Ensino Industrial no Brasil**, Rio de Janeiro, Escola técnica, v. 1, 1961.

IANNI. Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

KUENZER. Acácia Zeneida. **A Reforma do Ensino Técnico no Brasil e sua Consequência**, São Paulo, 2007.

KUENZER. Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**, São Paulo, 2007.

LIBÂNEO. José. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**, São Paulo, Cortez, 2003.

MACHADO. Lucélia. R. **Educação e Divisão Social do Trabalho**, São Paulo, Cortez, 1989.

MARRACH. Sonia. A. **Infância, Educação e Neoliberalismo**, São Paulo, Cortez, 2000.

NASCIMENTO. Osvaldo. V. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**, Curitiba, IBPEX, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político Pedagógica**, Ensino Médio Integrado, Lapa – Pr, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político Pedagógica**, Ensino Médio Integrado, Rio Negro - Pr, 2010.

PORTELA, Fernando. **Êxodo Rural e Urbanização**. 16 ed. Editora Ática, São Paulo, 2000, p. 10.

ROMANELLI. Otaiza de. O. **Historia da Educação no Brasil**, 11 ed, Petrópolis, Vozes, 1989.

SAVIANI. Dermeval. **A nova Lei da Educação, Trajetória, Limites, Perspectivas**, Campinas, autores associados, 1997.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7029.htm. **Novo Código Floresta**. Acesso em: 28/04/2011.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. **Proeja. Educação Técnica de nível médio/Ensino médio**. Acesso em: 22/06/2011.

www.retsus.fiocruz.br/upload/.../parecer_cne_11/2000_proeja.pdf. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Acesso em: 22/06/2011.

ANEXO

ENTREVISTA COM O (A) COORDENADOR (A) DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO NRE E DE CURITIBA ÁREA METROPOLITANA SUL.

- 1) Em Curitiba e região existem instituições de ensino estadual que ofereça curso técnico profissionalizante com identidade camponesa voltado para a Educação do Campo?
- 2) Que cursos são ofertados?
- 3) Para essa nova modalidade de ensino técnico profissional os docentes tiveram capacitação oferecida pelo governo? Como são escolhidos os profissionais? É exigido algum curso?
- 4) O que é preciso para implantar um curso técnico profissionalizante?
- 5) Quais as principais dificuldades para implantar um curso técnico?
- 6) Quem decide ou escolhe o curso que será ofertado?
- 7) Em relação às áreas rurais, você acredita que esse nível de ensino técnico será implantado para os jovens do campo? Por quê?
- 8) Você acredita que ao ser implantado no campo curso técnico voltado para esses trabalhadores, diminuiria a migração rural para o urbano?

9) Em geral em sua opinião os cursos técnicos oferecidos pelo Estado do Paraná atende a demanda do mercado de trabalho hoje?